

A QUESTÃO LGBT E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

Alessandro Soares da Silva¹;

Escola de Artes, Ciências e Humanidades - Universidade de São Paulo (EACH/USP), São Paulo, São Paulo.

<http://lattes.cnpq.br/9897663428856539>

Renato Barboza².

Instituto de Saúde – Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (IS/SES-SP), São Paulo, São Paulo.

<http://lattes.cnpq.br/1742712603767384>

RESUMO: No cenário contemporâneo brasileiro, a população LGBT ganhou visibilidade nas políticas públicas, sobretudo nos campos da saúde, da educação, do direito e da segurança pública. Entretanto, poucos estudos investigaram a produção de conhecimento sobre os segmentos LGBT, temática que enfrenta resistências no *lôcus* acadêmico. Analisaram-se os grupos de pesquisa registrados no “Diretório dos Grupos de Pesquisa” do CNPq quanto à produção de conhecimento voltado à população LGBT. Realizou-se um estudo exploratório, descritivo, de abordagem quantitativa, baseado no inventário dos grupos de pesquisa cadastrados até 28/09/2018. O universo da análise foi constituído por 75 grupos elegíveis, correspondendo a 0,19% do total de grupos de pesquisa certificados pelo CNPq. Na área específica de conhecimento da Psicologia, foram identificados somente 10 grupos de pesquisa, majoritariamente de instituições públicas e com foco na investigação de políticas públicas. Os achados poderão adensar conhecimento sobre a produção científica da Psicologia em relação à população LGBT, bem como subsidiar a agendas de pesquisa e linhas de fomento.

PALAVRAS-CHAVE: População LGBT. Psicologia. Psicologia Política.

THE LGBT QUESTION AND SCIENTIFIC PRODUCTION IN BRAZIL

ABSTRACT: In the contemporary Brazilian scenario, the LGBT population has gained visibility in public policies, especially in the fields of health, education, law, and public security. However, few studies have investigated the production of knowledge about LGBT segments, a topic that still faces resistance within the academic environment. We analyzed the research groups registered in the CNPq’s “Directory of Research Groups” regarding their knowledge production focused on the LGBT population. An exploratory, descriptive study with a quantitative approach was conducted, based on an inventory of the research groups registered up to September 28, 2018. The universe of analysis consisted of 75 eligible groups, corresponding to 0.19% of the total research groups certified by the CNPq. In the specific knowledge area of Psychology, only 10 research groups were identified,

predominantly from public institutions and focusing on the investigation of public policies. The findings may enhance knowledge regarding Psychology's scientific production in relation to the LGBT population, as well as inform research agendas and funding lines.

KEYWORDS: LGBT Population. Psychology. Political Psychology.

INTRODUÇÃO

As questões LGBT tem sido motivo de discussão desde que um modelo de sexualidade se impôs entre tantas possibilidades e passou a atuar para manter sua hegemonia, assim como os privilégios que dela derivam. Neste contexto, as ciências, em particular a medicina e o direito, e a religião atuaram para sustentar a narrativa de uma sexualidade normal em oposição a outra patológica. Estamos falando da heterossexualidade e da homossexualidade (GUASCH, 2000; SILVA, 2006; BARBOZA, 2023). Desta lógica, nasceram discursos homofônicos que sustentam uma realidade artificial que impõem a quem viva uma sexualidade dissidente uma condição marginal de existência. Assim, as marcas desse discurso ultrapassam as fronteiras da abstração e imprimem marcas sensíveis na psiquê e nos corpos, chegando ao horror de impor à sociedade o que é ou não abjeto, ou seja, quem deve ou não viver. No que concerne a esse cenário há uma vasta literatura no campo das Ciências Sociais e Humanas (BORRILLO, 2010; SILVA, 2008; SILVA E ORTOLANO, 2015).

O mito da heterossexualidade/homossexualidade surgido na segunda metade do século XIX, sobrevive ainda hoje, a despeito de todo avanço científico e da separação entre Estado e Religião. Em pleno século XXI ainda se verifica como as múltiplas problemáticas no campo das sexualidades dissidentes segue à margem do sistema brasileiro de produção científica. Nessa ótica, um olhar atento para o Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostra como a participação de pesquisadores voltados à temática é pífia e marginal (BARBOZA E SILVA, 2018, 2019). Em uma primeira aproximação sobre a temática LGBT, pode parecer para muitos que se trata apenas de um campo emergente e que está em crescimento, mas, o exame da produção científica sobre essa população, denota como as vidas que não se enquadram na estrutura hegemônica valem pouco e precisam, continuamente, lutar por seu 'lugar ao sol'. Portanto, o ato de ser dissidente põem em xeque certas 'verdades de toda vida' ou o confortável mito do 'sempre foi assim', o qual reafirma a tradição ancorada na defesa da harmonia e da estabilidade social.

Nessa ótica, indagamos como os discursos e as narrativas produzidas na contemporaneidade garantem privilégios e mantêm desigualdades e processos de exclusão social?

OBJETIVO

Analisar a temática LGBT nos grupos de pesquisa certificados na base do CNPq quanto à produção de conhecimento e especificamente na área de conhecimento da

Psicologia.

METODOLOGIA

Realizou-se um estudo exploratório, descritivo, quantitativo (MINAYO, 2004), baseado no inventário dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq até 28/09/2018. Foram identificados 86 grupos, sendo 71 registrados como “certificados” pelas instituições; 4 “em preenchimento” e 11 “excluídos”. Descartamos os grupos excluídos, perfazendo 75 grupos de pesquisa elegíveis, os quais constituem o universo analisado. Foram coletadas as variáveis: nome da instituição, caráter da instituição (pública ou privada), localização (estado e macrorregião), nome do grupo, ano de formação, área de conhecimento predominante e área de conhecimento específica, segundo a classificação do CNPq, número de pesquisadores/titulação e número de linhas de pesquisa. Os dados foram organizados em planilha Excel e submetidos à análise descritiva baseada em frequências absolutas e relativas. O presente capítulo é um recorte do projeto de pesquisa conduzido sobre os grupos de pesquisa LGBT no CNPq (BARBOZA E SILVA, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelo direito de Fazer Ciência!

Para que entendamos por que o direito a fazer ciência sobre as problemáticas que envolvem a população LGBT no Brasil é uma questão relevante, faz-se necessário analisarmos os dados da produção científica. No censo nacional do CNPq conduzido até 28/09/2018, constatou-se que somente 0,19% dos grupos de pesquisa registrados no país dedicavam-se à produção de conhecimento técnico e científico sobre a temática LGBT (BARBOZA E SILVA, 2018; 2019).

Essa realidade desvela como o conservadorismo estabelece o que é ou não considerado e reconhecido pela comunidade acadêmica como sendo cientificamente relevante. A ciência em relação aos estudos queer, lesbigay e voltados à diversidade de gênero e à orientação sexual tem debatido porque há pouco espaço na academia para pesquisadoras e pesquisadores focados nessas questões. As questões relacionadas à homossexualidade e outras sexualidades divergentes ou mesmo sobre outros temas não vinculados à heteronormatividade hegemônica, ainda são considerados um tabu para a ciência. Nesse sentido, abrir caminho para a produção científica nas instituições de ensino superior e institutos de pesquisa nesse campo, segue sendo uma luta diária juntamente com os estudos de gênero e étnico-raciais.

Esse quadro se agravou no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022) que pautou de modo sistemático o controle e a tutela dos costumes. Para tanto, aquele governo instrumentalizou as políticas públicas censurando artistas, intelectuais e cientistas ou militantes das temáticas LGBT no Brasil. Nesse período, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi ocupado por uma pastora evangélica, Damare Alves, que envidou esforços à frente da gestão da pasta para tentar silenciar

o direito à existência e à resistência da comunidade LGBT e de mulheres organizadas. Ademais, influenciou na tomada de decisão sobre as agendas de pesquisa e no direito a uma educação crítica e esclarecida, uma vez que o ensino no campo das orientações sexuais e dos desejos não heteronormativos passou a ser perseguido por meio da proibição do que chamavam equivocadamente de ‘ideologia de gênero’.

Ainda que o Brasil tenha a maior parada do orgulho LGBT, reunindo mais de 4 milhões de pessoas, a proteção dos direitos da pessoa humana se vê em risco face a uma disputa de poder que a ascensão da extrema direita aos diferentes níveis dos poderes executivo e legislativo trouxe. Em última instância, o avanço do pensamento conservador nos costumes pôs em perigo o direito à igualdade e à dignidade de mulheres, negros e LGBTs, no instante que se abriu uma discussão sensível sobre o modelo de sociedade que queremos e sobre quem tem o direito de nela existir. Como apontaram Silva e Ortolano (2022, p. 150-51)

Se o conservadorismo avança pondo em risco a diversidade e a liberdade ancorado em uma leitura distorcida do que é a liberdade está em risco a própria democracia. Portanto, entender o que significa falar de direitos humanos é um desafio premente frente ao avanço de grupos conservadores que desejam moldar a sociedade garantindo a manutenção de privilégios que estão na base das desigualdades que impedem a implementação da justiça social e de uma cultura de paz.

Nesta perspectiva, não podemos perder de vista que numa sociedade capitalista toda discussão traz consigo uma dimensão econômica porque tem a ver como se distribui os recursos seja para programas sociais, educacionais, culturais ou científicos. No seu bojo discute-se que tipo de educação, cultura, sociedade e ciência queremos produzir.

Esse controle das narrativas se deu via aprovação de leis e normativas, mas sobretudo por meio de uma redução drástica no governo Bolsonaro dos investimentos aplicados em pesquisas no campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas. O argumento mais usado girava em torno da acusação de que era um fazer científico não neutro e extremamente ideologizado e, por isso, não confiável e que punha as famílias em risco. Com cortes em financiamento e apoio de determinados campos e linhas de projetos de pesquisa procurou-se forçar uma diminuição do campo investigativo comprometido com a mudança social e com a geração de uma cultura política fundada no princípio democrático da justiça social.

Materialmente esses cortes afetaram a concessão de bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado; a abertura de editais de financiamento científico voltado para os estudos de gênero e LGBTs. Outra consequência grave desses atos de governo foi a “fuga de cérebros” do país para o exterior. Sublinha-se que houve perseguição em algumas áreas e instituições de ensino dedicadas à produção e divulgação científica nesses campos de saber. A perseguição se deu de diferentes maneiras, sendo a mais básica aquela derivada dos cortes no financiamento e da falta de perspectivas no fomento à formação e inserção no mercado de trabalho entre os jovens pesquisadores. Assim, o que se havia levado décadas para começar a construir, parecia desmoronar.

Em 13 de setembro de 2022, por exemplo, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se posicionou sobre essa grave situação da ciência brasileira. Na ocasião, ela denunciou que o governo Bolsonaro cortou 42% do principal fundo da ciência para o ano de 2023. Além disso, ele congelou a liberação de mais de R\$ 3,5 bilhões dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) aprovados para 2022. Não bastasse, também procurou impedir o acesso a mais de R\$ 14 bilhões até 2027 (SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 2022). Da mesma forma, coletivos formados principalmente por jovens pesquisadores, como o 'Cientistas Engajados' alertou e sensibilizou a população em geral sobre os efeitos drásticos dessas medidas. Ações de protesto e visibilidade social da ciência, como a Marcha pela Ciência, evento internacional, também alertou sobre essa grave situação em manifestações realizadas nas ruas de várias cidades brasileiras.

Na atualidade, vimos como aquelas ações do governo Bolsonaro afetaram o direito a fazer ciência. No ano de 2023, a falta de recursos prejudicou significativamente a produção científica em geral, bem como o funcionamento do sistema de pós-graduação brasileiro. E não poderia ser diferente quando olhamos para o fazer científico que gira em torno do campo LGBT. Com o avanço da extrema direita esse quadro se agrava ainda mais. Já se faz sentir no mundo as consequências da eleição em 2024 de Donald Trump. Mas também de outros governantes pelo mundo como são os casos da Argentina de Javier Milei (2023-atual), de El Salvador de Nayib Bukele (2019 - atual), da Rússia de Vladimir Putin, da Suécia de Ulf Hjalmar Kristersson, da Hungria de Viktor Orbán, da Alemanha de Friedrich Merz ou de Portugal de Luís Montenegro, os quais têm atuado para barrar o avanço nas pautas de costumes e de direitos humanos. Nos países em que a esquerda governa também se vê importantes recuos no campo dos costumes, uma vez que a direita e a extrema direita têm conseguido manter o controle dos parlamentos como no caso brasileiro. Mesmo com Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) como presidente da república, o congresso brasileiro está nas mãos de partidos oposicionistas de direita e extrema direita. Dessa forma, igualdade e direitos humanos são pautas que enfrentam resistências fortes nessas configurações parlamentares e governamentais.

A Pesquisa e a Produção de Conhecimento no Campo LGBT no Brasil

Em um sistema robusto de pesquisa como o brasileiro, identificamos no processo de consulta parametrizada no sistema do CNPq 75 grupos de pesquisa, perfazendo apenas 0,19% de um total de 37.640 grupos certificados no país no período investigado. Verifica-se, na tabela 1, que no universo analisado somente 10 grupos de pesquisa produzem conhecimento científico no campo LGBT na área específica da Psicologia.

Tabela 1. Frequência absoluta dos grupos de pesquisa LGBT (CNPq) da área de Psicologia, segundo o foco de investigação.

Foco de investigação em Psicologia	Nº
Estudos de Gênero e Teoria Queer	2
Gênero, diversidade e políticas públicas	2
Gênero, diversidade e políticas públicas de saúde	2
Gênero, diversidade e políticas públicas em fronteiras	1
Preconceito e processos psicossociais na saúde	1
Psicanálise, estudos culturais e políticas LGBT	1
Psicologia Política, políticas públicas e multiculturalismo	1
Total	10

Fonte: os autores.

Adicionalmente, constata-se, na tabela 1, que os grupos de pesquisa tomam como objeto de investigação, prioritariamente, os estudos de gênero na perspectiva da diversidade sexual e os estudos sobre a implementação e avaliação de políticas públicas em campos específicos, como a saúde pública e as regiões de fronteiras. Em grande angular, as evidências demonstram que 7 dos 10 grupos priorizam a produção de conhecimento técnico-científico no sobre o campo das políticas públicas, reforçando, assim, a relevância do caráter aplicado desses saberes, por vezes voltados à intervenção social no âmbito do território de inserção dessas instituições de pesquisa.

Majoritariamente, essas instituições de pesquisa são públicas (N = 8), mas também vinculadas ao setor privado (N = 2). Elas são oriundas de quatro macrorregiões, concentradas na região Sudeste (N = 5), seguida das regiões Nordeste e Sul (N = 2 cada) e Centro-Oeste (N=1). Não foram encontrados registros de grupos de pesquisa sobre a temática LGBT na região Norte.

Ressaltamos que, as políticas públicas são urgentes para a proteção desta população que corre risco de morte e está sujeita a situações de violência e vulnerabilidade nos espaços educacionais, de saúde e de trabalho. Aceder e permanecer nas escolas, ao sistema de saúde e garantir trabalho digno ainda é um desafio, sobretudo para as populações trans, mas para quaisquer uma das letras que se agrupam o acrônimo. Cabe aprofundar por meio de outros projetos, a atuação desses grupos de pesquisa dedicados às questões LGBT, quanto a observância da tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, sobretudo a capilaridade e o caráter aplicado do conhecimento produzido na relação entre os componentes pesquisa e extensão, levando-se em conta as correntes teóricas das Psicologias encontradas na análise dos grupos, suas linhas de investigação e os principais produtos que resultaram do trabalho desses coletivos emergentes no campo LGBT.

No que tange a permanência no tempo, a área da Psicologia ocupa o 2º lugar no ranking das 20 áreas específicas identificadas no inventário, sendo em a primeira posição ocupada pela Educação, seguido da Sociologia em terceiro e a Saúde Coletiva em quarto, e o Serviço Social em quinto lugar. Juntas estas áreas correspondem a 45 dos 75 grupos analisados no inventário, como demonstra a tabela 2.

Tabela 2. Frequência absoluta e relativa dos grupos de pesquisa LGBT (CNPq), segundo a área de conhecimento específica.

Área do Conhecimento Específica	N	%
Educação	12	16,0
Psicologia	10	13,3
Sociologia	9	12,0
Saúde Coletiva	7	9,3
Serviço Social	7	9,3
Antropologia	5	6,7
Direito	5	6,7
História	3	4,0
Administração	2	2,7
Artes	2	2,7
Comunicação	2	2,7
Filosofia	2	2,7
Letras	2	2,7
Ciência Política	1	1,3
Enfermagem	1	1,3
Farmácia	1	1,3
Medicina	1	1,3
Parasitologia	1	1,3
Probabilidade e Estatística	1	1,3
Teologia	1	1,3
Total	75	100

Fonte: Os autores.

A maioria dos grupos da área de Psicologia possui até 10 anos de existência e conta com um quadro de 10 pesquisadores entre mestres e doutores e respectivos alunos de pós-graduação. As Políticas públicas é um campo fundamental para a Psicologia Política que é um campo interdisciplinar em expansão no Brasil, mas chama a atenção que entre os grupos inventariados no CNPq, identificamos somente um grupo.

Sabemos que no país, existem outros grupos atuando com a temática LGBT e que desenvolvem importantes pesquisas orientadas pelo referencial da Psicologia Política, no entanto, nos registros analisados nos diretórios de pesquisa do CNPq, não houve menção a esse campo de investigação como eixo constituinte desses outros grupos de pesquisa. Disso desprende uma questão: há mais grupos de pesquisa que desenvolvem pesquisas na seara LGBT, mas nem por isso essa temática alcançou um status estruturante da vida do grupo. Infelizmente, o Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (GEPSIPOLIM) vinculado à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo ainda é o único grupo que explicita essa filiação epistemológica e hermenêutica que inclui uma linha de pesquisa dedicada às temáticas de gênero e LGBT. Isso é importante porque as linhas estruturam projetos conduzidos por seus pesquisadores,

bem como atividades de ensino e extensão.

O GEPSIPOLIM foi criado em abril de 2007 e conta atualmente com 7 linhas de pesquisa, que versam sobre Ações Coletivas, Movimentos Sociais e Ação Pública; Consciência Política, Comportamento Político e Políticas Públicas; História da Psicologia Política; Memória Política, Violência Política, Repressão e Direitos Humanos na América Latina; Multiculturalismo e Relações de Gênero, Raça/Etnia e Orientação Sexual; Poder, Cidadania e Políticas Públicas de Inclusão; Psicologia Política das Comunidades, Movimentos Sociais e Participação Política. O grupo organizou sistematicamente eventos de difusão científica e dentre as suas ações, destaca-se a articulação com grupos de pesquisa de outros países, especialmente da América Latina. No que tange às pesquisas sobre a população LGBT, o GEPSIPOLIM conduziu ao menos 14 projetos de pesquisa voltados a investigar temas e objetos que possuem pouca visibilidade na academia, como *CineDiversidade*; *De volta ao armário: políticas públicas e direitos humanos à população LGBTQIAP+* e *As Políticas Públicas de Direitos Humanos no Governo Bolsonaro: Estado, ONGs e Movimentos Sociais de Mulheres e de LGBTs*. Nesses projetos temas como saúde coletiva, educação política e direitos humanos aparecem transversalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante ao exíguo número de grupos de pesquisa sobre LGBT no país certificados junto ao CNPq, o exame dos achados do inventário demonstra que o fato de existirem tais grupos de pesquisa representa para a comunidade científica ao mesmo tempo, um avanço e um desafio. Mas é relevante destacar as suas contribuições científicas. Do ponto de vista dos determinantes sociais do processo saúde-doença, os marcadores sociais de classe, gênero e raça e etnia aparecem no período mais recente da produção científica, como referências importantes para a análise das desigualdades e iniquidades em saúde. Mais recentemente, outros marcadores sociais, como orientação sexual e geração, por exemplo, tem sido paulatinamente incorporados nas pesquisas nos campos da Epidemiologia Social e das Ciências Sociais e Humanas em Saúde (COUTO *et. al*, 2019). Análises sobre a dinâmica da epidemia do HIV/Aids em diferentes segmentos populacionais, ancoradas na perspectiva da interseccionalidade também estão ganhando visibilidade na produção acadêmica (TURAN *et. al*, 2019). Nessa ótica, a perspectiva interseccional desafia a produção de conhecimento sobre a diversidade de gênero no que tange às identidades sociopolíticas emergentes na contemporaneidade, à exemplo das pessoas vivendo com HIV e Aids (BARBOZA, 2023).

A emergência de grupos de pesquisa no sistema nacional de investigação permite a criação de um espaço científico de proteção da dignidade humana em tempos sombrios nos quais a governança da vida enfrenta-se com *fake news*, com mentiras dissimuladas que fazem retroceder as lutas sociais de LGBTs, mulheres e negros. Eles abrem espaço para o avanço de estudos interdisciplinares e interseccionais, mesmo em áreas disciplinares como a Psicologia. No caso da Saúde Coletiva, observa-se um aprofundamento da sua natureza

interdisciplinar. E isso também resulta da realidade das pessoas LGBTQs que demandam por reconhecimentos em todas as áreas da vida humana e, portanto, exigem que sejam vistas desde suas complexidades. A pesquisa tem se mostrado alinhada a essa demanda legítima. Sem esses grupos a ciência e a academia seguiriam amarradas às visões conservadoras e comprometidas com a manutenção do *status quo*. Há muito por se fazer, há muito por avançar, mas os passos dados nos permitem agir esperando um futuro melhor e mais inclusivo.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, Renato. **Ativismo, identidade e participação política: uma leitura psicopolítica do movimento social de Aids no eixo São Paulo - Rio de Janeiro**. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- BARBOZA, Renato; SILVA, Alessandro Soares da. **Sociedades Multiculturais, Gênero e Diversidade: um estudo sobre a população LGBTQ nos Grupos de Pesquisa do CNPq** [projeto de pesquisa]. São Paulo: Instituto de Saúde, Universidade de São Paulo, 2018.
- BARBOZA, Renato; SILVA, Alessandro Soares da. Gênero e Diversidade: uma análise sobre os grupos de pesquisa do CNPq e a população LGBTQ. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, v. 19, p. 135-143, 2018.
- BARBOZA, Renato; SILVA, Alessandro Soares da. Os Grupos de Pesquisa do CNPq e a População LGBTQ: (in)visibilidades da produção científica nacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE, 8., 2019, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, 2019.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia - História e crítica de um preconceito**. São Paulo: Autêntica, 2010.
- COUTO, Marcia Thereza et al. La perspectiva feminista de la interseccionalidad en el campo de la salud pública: revisión narrativa de las producciones teórico-metodológicas. **Salud Colectiva**, v. 15, e1994, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18294/sc.2019.1994>. Acesso em: 15 set. 2025.
- GUASCH, Òscar. **La Crisis de la Hétero sexualidad**. Barcelona: Laertes, 2000.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.
- SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **SBPC reprova Bolsonaro, que cortou 42% do principal fundo da ciência para 2023**. SBPC na Mídia, 13 set. 2022. Disponível em: <https://portal.sbpnet.org.br/noticias/sbpc-reprova-bolsonaro-que-cortou-42-do-principal-fundo-da-ciencia-para-2023/>. Acesso em: [inserir data de acesso].
- SILVA, Alessandro Soares da. **Luta Resistência e Cidadania**. Prisma, 2008.
- SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando Pelo Arco-Íris da Política**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SILVA, Alessandro Soares da; ORTOLANO, Fabio. Direitos humanos como fundamentos da democracia e da educação para a cultura de paz. **RVMD**, v. 16, n. 2, p. 146-183, 2022.

SILVA, Alessandro Soares da; ORTOLANO, Fabio. Narrativas Psicopolíticas da Homofobia. **Trivium**, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2015.

TURAN, Janet; ELAFROS, Melissa; LOGIE, Carmem et al. Challenges and opportunities in examining and addressing intersectional stigma and health. **BMC Med**, v. 17, n. 1, p. 7, 2019.